



**Centro Universitário de Brasília  
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

## **O DESPACHO NO CNJ: UM GÊNERO CORINGA?**

**Naiara Santos da Cunha\***

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a importância do estudo dos gêneros textuais, sobretudo, o gênero *despacho*, presente em processos administrativos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão público federal do poder judiciário. Para isso, foram abordados alguns conceitos relacionados à microestrutura dos *despachos* analisados, bem como conceitos relacionados à macroestrutura desse gênero, tendo em vista que são assuntos pouco encontrados em referências bibliográficas, sendo apenas encontrados, trivialmente, em buscas na internet. Quanto à questão microestrutural do despacho, foram realizados breves conceitos sobre sua estrutura formal, sobre o léxico e sobre tipos textuais encontrados nos *despachos* analisados. Quanto à questão macroestrutural, foi enfatizada a função do *despacho* nos processos do CNJ, verificando se esse gênero textual está, de alguma forma, apropriando-se das características de outros gêneros textuais ou se está apenas passando por alguma reformulação natural, adequando-se às novas práticas cotidianas de seus usuários.

**Palavras-chave:** Gêneros Textuais. Despacho. Processo Administrativo.

---

\* Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão de Texto: gramática, linguagem, construção/reconstrução significado, sob orientação da Profa. Dra. Solange de Carvalho Lustosa.

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo dos gêneros textuais está na ordem do dia dos estudos linguísticos (MARCUSCHI, 2008, p.146). Trata-se de uma área interdisciplinar, atualmente objeto de interesse em diversas áreas científicas. Ademais, é inegável a importância do estudo dos gêneros textuais, não só para os estudantes e profissionais da área de Letras, mas também para o conhecimento dos profissionais que usam o texto como prática do seu trabalho, podendo esses profissionais identificar com facilidade as principais características de um determinado gênero e usá-lo de forma adequada.

Licenciada em Letras, a pesquisadora, em 2017, já como servidora pública federal, lotada no Gabinete da Secretaria de Administração do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), teve acesso a inúmeros processos administrativos, produzidos no órgão, acerca de diversos temas administrativos. Chamou a atenção o fato de esses processos, em sua maioria, conterem apenas o gênero textual *despacho* como principal peça constitutiva dos autos e esses *despachos* não conterem um padrão específico quanto ao seu formato e estrutura.

Ainda que não se saiba como funciona a tramitação de um processo, seja ele judicial ou administrativo, é sabido por dedução do próprio nome do gênero “processo”, que se trata de fases, etapas e, conseqüentemente, junção de documentos. Sendo assim, é, no mínimo, estranho que todas as peças que constituam o *processo* façam parte do mesmo gênero textual.

Bibliograficamente, ao pesquisar o conceito e a definição de *despacho*, pouco se encontra sobre essa figura. Em buscas na *internet*, é possível encontrar menção resumida apenas aos aspectos microestruturais. A fim de saber um pouco mais acerca desse gênero, foi realizada ainda uma pesquisa no *Manual de Redação da Presidência da República* e também no *Manual de Redação do CNJ*, mas nenhum deles traz a definição de *despacho* nem tão pouco quando se deve utilizá-lo.

Desse modo, o objetivo geral deste trabalho é investigar o gênero textual *despacho*, quanto aos seus aspectos microestruturais, mas, principalmente, investigá-los quanto a sua função em processos administrativos do CNJ e, sobretudo, verificar se esse gênero textual está, de certo modo, apropriando-se das características de outros gêneros textuais, tais como o *memorando*, a *informação* e o *parecer*.

Para isso, primeiramente, foi realizada a pesquisa bibliográfica a fim de corroborar a análise e descrição de dados deste estudo. Em segundo momento, foi realizada a

coleta de dados para constituir o *corpora* da pesquisa. Quanto à pesquisa bibliográfica, cabe registrar que pouco se encontrou sobre o gênero *despacho* propriamente dito. Quanto à coleta de dados, foram utilizados quatro modelos de *despachos* para análise. Os referidos dados fazem parte do domínio discursivo jurídico e foram coletados diretamente do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), instrumento de trabalho utilizado pela pesquisadora.

Quanto aos teóricos, foi utilizado a bibliografia de Marcushi (2008) e Dionísio, Machado e Bezerra (2008 *apud* MARCUSCHI, 2010), para abordar o conceito de gêneros textuais, tipos textuais e domínio discursivo; a bibliografia de Motta-Roth e Heberle (1989 *apud* HASAN, 2005), para abordar o conceito de Estrutura Potencial do Gênero (EPG); e a bibliografia de Beltrão e Beltrão (2011), para abordar o conceito de *despacho, memorando, informação e processo*.

Para esse fim, foi traçado o seguinte caminho: a Seção 2 discorre sobre a teoria dos gêneros textuais e a teoria potencial do gênero (EPG). A seguir, na Seção 3, é discutido o conceito do gênero *despacho* e, também, os fatores desse gênero, referentes à EPG.

Na Seção 4, é tratado sobre a definição de processo administrativo e sua estrutura, levantando o conceito do gênero *processo* e discutindo a tramitação desse gênero, bem como as peças que o compõem. Finalmente, na Seção 5, é realizada uma análise geral dos *despachos* apresentados, quanto a estrutura formal, ao léxico e aos tipos textuais encontrados e, sobretudo, quanto a sua função principal.

## **2 TEORIAS SOBRE GÊNEROS TEXTUAIS E ESTRUTURA POTENCIAL DO GÊNERO**

### **2.1 Gêneros Textuais**

Os gêneros textuais são manifestações linguísticas, orais ou escritas, com funções definidas, que se mantêm muito parecidas quanto à estrutura e demais características comuns, são ocorrências comunicativas intimamente ligadas à vida cultural e social, servem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do cotidiano.

De acordo com Dionísio, Machado e Bezerra (2008 *apud* MARCUSCHI, 2010, p. 19), os gêneros textuais “são entidades sociodiscursivas e formas de ação social encontráveis em qualquer situação comunicativa”. Com base nessa definição, pode-se notar que os gêneros textuais não são instrumentos estanques e enrijecidos, uma vez que surgem conforme a necessidade social de criar uma nova forma de comunicação, altamente maleável e dinâmica.

De acordo com Marcuschi (2008, p. 147), o estudo dos gêneros textuais é muito antigo e, no início, restringia-se à literatura. Surgiu com “Platão e Aristóteles, tendo origem em Platão a tradição poética e em Aristóteles a tradição retórica”. Ocorre que, na atualidade, a noção de gênero não se limita apenas à literatura, sendo utilizado para se referir a uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito.

Com a denominada *cultura eletrônica* que vivemos atualmente, é possível perceber o surgimento de inúmeros novos gêneros e novas formas e comunicação na oralidade e na escrita. Conforme afirmam Dionísio, Machado e Bezerra (2008 *apud* MARCUSCHI, 2010, p. 20):

Os gêneros textuais surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem. Caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais. São de difícil definição formal, devendo ser contemplados em seus usos e condições sociopragmáticos caracterizados como práticos sociodiscursivos.

Apesar de os gêneros textuais não se caracterizarem e nem se definirem por aspectos formais, ou seja, por serem de difícil definição formal, conforme dito acima, não quer dizer que a forma está sendo desprezada. Em certas ocorrências, são as formas que determinam o gênero, enquanto em outros casos serão as funções. Além disso, poderá ocorrer em que o próprio suporte ou o ambiente em que os textos aparecem que determinam o gênero presente. Nesses casos, é preciso ter cautela quanto a considerar o predomínio de formas ou funções para determinação de um gênero.

O estudo dos gêneros textuais é um projeto multidisciplinar, tendo em vista que envolve estudos de diversas áreas da ciência. Além disso, compreende a análise do texto e do discurso, a descrição da língua, a visão da sociedade, bem como tenta responder questões de natureza sociocultural no uso da língua de maneira geral. Ou seja, engloba a linguagem em funcionamento, considerando seus aspectos sociais e culturais. Dominar um gênero textual significa realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares. Para Marcuschi (2008, p. 161), “os gêneros textuais operam, em certos contextos, como formas de legitimação discursiva, já que se situam numa relação sócio-histórica com fontes de produção que lhes são sustentação além da justificativa individual”.

A fim de deixar alguns conceitos claros, Marcuschi (2008, p. 154-155) faz a distinção entre tipo textual, gênero textual e domínio discursivo. O tipo textual diz respeito à forma como o texto se apresenta, sendo um conjunto de enunciados organizados em uma estrutura bem definida e facilmente identificada por suas características predominantes. Para o autor, os tipos textuais abrangem a narração, a argumentação, a exposição, a descrição e a

injunção. Gêneros textuais, além do que já dito neste estudo, é a materialização de textos em situações comunicativas recorrentes. São os textos encontrados em nossa vida diária, com padrões e funções característicos, tais como sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem, entre outros. Por fim, domínio discursivo é a esfera ou a instância de produção discursiva ou de atividade humana que propiciam o surgimento de discursos específicos, tais como o discurso jurídico, o discurso jornalístico, o discurso religioso etc.

## 2.2 Estrutural Potencial do Gênero (EPG)

Com base no conceito de Estrutura Potencial do Gênero, trazido na bibliografia de Motta-Roth e Heberle (1989 *apud* HASAN, 2005), com sua composição em estágios obrigatórios, opcionais e recursivos, bem como suas variáveis de campo, relação e modo e, por fim, a inter-relação gênero/registro em níveis contextuais de cultura e de situação, foram analisados textos de *despachos* presentes em processos administrativos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de evidenciar que o estudo da configuração contextual (HASAN, 1989) e dos estágios que compõem os textos fornece pistas para a compreensão de aspectos da organização textual e dos gêneros aos quais os textos pertencem, conforme abordado a seguir no item 3.2 da Seção 3 deste estudo.

De acordo com Motta-Roth e Heberle (1989 *apud* HASAN, 2005, p.14), “é possível perceber quais elementos da estrutura são obrigatórios e quais são opcionais a partir da análise da configuração do contexto”. O referido contexto da situação compreende tudo aquilo que é relevante para a interação, por meio das variáveis campo, relação e modo.

A variável *campo* compreende os participantes da prática social, realizada pelo uso da linguagem – o tipo de ato que está sendo executado. No campo, o texto pode ter o objetivo de elogiar, culpar, informar, vender, cobrar, etc. A variável *relação* compreende a conexão entre os participantes da prática social. Pode existir um grau de controle de um participante sobre o outro. A relação entre eles é hierárquica ou não-hierárquica. A distância social existente pode ser mínima ou máxima, dependendo da interação no contexto: participantes que interagem frequentemente, participantes que se conhecem fora daquele contexto específico, etc. A variável *modo* do discurso envolve o meio ou papel desempenhado pela linguagem. O papel pode ser constitutivo ou auxiliar. O compartilhamento do processo entre os participantes pode ser dialógico ou monológico. O canal da mensagem pode ser gráfico ou fônico, e o meio pode ser escrito ou falado.

Além disso, essas três variáveis do contexto são realizadas por meio das três metafunções da linguagem: metafunção ideacional, relacionada ao conteúdo do texto; metafunção interpessoal, relacionada às interações pessoais; e metafunção textual, relacionada à estrutura e ao formato do texto. Segundo Motta-Roth e Heberle (2005, p.16), “essas três metafunções formam o construto teórico para representar o contexto social como sendo o ambiente semiótico em que pessoas vivenciam significados”.

A partir da ideia de contexto da situação, Hasan (1989) sintetiza o sistema de relações entre texto e contexto em um modelo conceitual que une a configuração contextual à Estrutura Potencial do Gênero (EPG). De acordo com Motta-Roth e Heberle (2005, p. 17), a EPG se constitui na expressão verbal de uma configuração do contexto e, como tal, depende de determinado conjunto de valores associados a campo, relação e modo.

As referidas autoras trazem no texto a seguinte afirmação de Hasan (1989, p.55 *apud* HASAN, 2005, p.18): “os traços específicos de um contexto permitem-nos prever a sequência e a recorrência de certos elementos textuais obrigatórios e opcionais da EPG e vice-versa”. Nesse sentido, a EPG pode sofrer variações de acordo com o cabimento ou não de alguns elementos no gênero. Os elementos obrigatórios são componentes essenciais de qualquer texto completo de determinada configuração contextual e, portanto, são definidores do gênero. Os elementos opcionais pertencem àquela porção variável geralmente associada a dado gênero, mas que não precisa necessariamente estar presente em qualquer texto que tipicamente acompanha aquela atividade social específica. Os elementos iterativos podem ocorrer mais de uma vez ao longo do texto e englobam aqueles elementos recursivos que aparecem mais de uma vez num evento comunicativo, sem seguir uma ordem rígida.

### **3 O GÊNERO *DESPACHO***

Como visto, os gêneros textuais são manifestações linguísticas com funções definidas e que mantêm uma certa homogeneidade quanto à estrutura e demais características. Para este trabalho, foi escolhido o gênero *despacho*, pertencente ao domínio discursivo jurídico.

#### **3.1 Conceito de *Despacho***

O Código de Processo Civil (CPC), por meio do §3º do Artigo 203, define despacho como “todos os demais pronunciamentos do juiz praticados no processo, de ofício

ou a requerimento da parte”. Desse modo, nota-se que os *despachos* constituem ato do juiz dentro do processo, em conjunto com decisões interlocutórias e as sentenças. Há *despachos* de mero expediente que são aqueles que não apresentam nenhum conteúdo decisório e, por isso, não provocam prejuízos para as partes, tendo como finalidade primordial impulsionar o processo e impedir eventuais vícios ou irregularidades. Sendo assim, o objetivo do *despacho* não é solucionar o processo, mas determinar medidas necessárias para o julgamento da ação em curso, tratando-se, portanto, de meras movimentações administrativas.

Sérgio Roberto Costa (2009, p. 87), por meio do *Dicionário de Gêneros Textuais*, define despacho nos seguintes termos:

Despacho: no domínio público, decisões de autoridades públicas apostas em documentos como petição, requerimento, etc., deferindo ou indeferindo as solicitações feitas. Geralmente, após o documento, a autoridade escreve apenas “deferido” ou “indeferido”, seguido de sua assinatura. Quando necessário, ela pode colocar uma justificativa de deferimento ou indeferimento, sempre usando linguagem e tratamento formais.

Neste domínio, o despacho também pode ser uma nota ou ofício, tanto pertinente a assunto ou negócios de interesse público que um ministro envia a outro quanto a designações, nomeações ou provimento de cargos ou função públicas ou designação (de empregados, funcionários, etc.) para determinada missão ou serviço diplomáticos.

No domínio privado, documentos que agilizam determinada ação, negócio, serviço, etc., ou cumprimento de obrigações e/ou formalidades legais, de operações necessárias para retirada, para o desembaraçamento de negócios, cargas, mercadorias em alfandega, etc.

Com base nessa definição de Costa (2009), pode-se notar que o conceito de *despacho* pode abranger várias funções e não apenas um ato do juiz, podendo ser também ato administrativo, intitulado de despacho administrativo, o qual consiste em tomar as decisões finais de um ato submetido para a apreciação da autoridade, não se confundindo com as decisões judiciais.

Nesse sentido, os *despachos* podem, também, compor partes de processo instaurado no âmbito administrativo e não apenas jurídico. No caso dos processos administrativos do CNJ, objeto desta pesquisa, os despachos apresentam múltiplas funções, como deliberar, solicitar, determinar, decidir, questionar, ou seja, podem ter conteúdo de mera movimentação dando prosseguimento a um processo ou expediente ou, ainda, conter uma decisão administrativa.

### 3.2 Fatores Referentes à Estrutura Potencial do Gênero

Com base na bibliografia de Motta-Roth e Heberle (1989 *apud* HASAN, 2005), a qual aborda a teoria de Hassan (1989), acerca da estrutura potencial do gênero, discutida neste estudo, e tomando por base 4 modelos de *despachos*, elaborados em diferentes processos administrativos do CNJ, foi realizada uma análise dos referidos documentos, com o objetivo de identificar os aspectos da organização textual e dos gêneros aos quais os textos dos *despachos* analisados pertencem.

Primeiramente, pode-se dividi-los em 4 movimentos retóricos, composto de 6 estágios, representados, conforme demonstrado no quadro abaixo:

**Quadro 1: Representação esquemática dos aspectos da organização textual correspondente ao *Despacho***

1 – Destino (obrigatório)
2 – Vocativo (opcional)
3 – Texto (obrigatório)
3.1 – Apresentação (obrigatório)
3.2 – Argumentos (obrigatório)
4 – Desfecho (opcional)

Fonte: Própria (2017)

Nos modelos analisados, observou-se que o caráter da obrigatoriedade ou da opcionalidade podem ser afetados pelas variáveis da configuração contextual. Os estágios *vocativo* e *desfecho*, por exemplo, não foram usados em todos os modelos. Isso ocorre pelo fato de não haver um padrão a ser seguido quanto da elaboração do despacho, determinando se deve conter, além do texto base, itens como destino, vocativo, numeração dos parágrafos e desfecho.

Quanto ao contexto, existem as variáveis contextuais de campo, relação e modo, conforme esquematizado a seguir:

- **Campo:** o *despacho* compreende a atos dentro de um processo, os quais podem conter conteúdo decisório ou de mero expediente, tendo por objeto a determinação de medidas necessárias para o julgamento da ação em curso.

- **Relação:** os agentes envolvidos na transação são o escritor e o leitor do despacho. O escritor poderá ser uma autoridade (um juiz em caso de processo judicial) ou um servidor público no uso de sua função. Enquanto o leitor poderá ser tanto um juiz, um servidor, como também um usuário externo, ampliando, desse modo, a distância social entre eles.



- Modo: há o papel constitutivo da linguagem, uma vez que o texto é todo da instância comunicativa, consistindo da escrita para solicitar, determinar, decidir, encaminhar, entre outros. O canal utilizado é o gráfico e o meio é o escrito.

Como já dito, neste estudo, o *despacho* está presente em processos, sejam eles judicial ou administrativo, sendo o último o ambiente natural dos dados coletados para este trabalho. Desse modo, preliminarmente à análise do *despacho* quanto ao possível confronto de gênero, cabe trazer algumas informações sobre o processo administrativo e sua estrutura básica, conforme analisado a seguir.

#### 4 PROCESSO ADMINISTRATIVO E SUA ESTRUTURA

O processo administrativo, em sua estrutura básica, é o conjunto de atividade inter-relacionadas e interdependentes que correspondem a um resultado final. Essas atividades ou atos constantes no processo são responsáveis por alcançar a finalidade pretendida ao se iniciar a instauração processual.

De acordo com Beltrão e Beltrão, (2011, p. 273), o processo “É o desenvolvimento de um expediente que, recebendo *informações, pareceres, anexos e despachos*, segue os canais competentes, ou seja, sua tramitação”.

Com base nesse conceito, nota-se que as peças constitutivas de um processo são, basicamente, *a informação, o parecer, os anexos e o despacho*. Além disso, há, de certa forma, uma ordem de tramitação do processo, a fim de se manter uma organização quanto a sua estrutura. Para isso, é necessário que haja respeito ao gênero textual *processo* e, consequentemente, aos seus subgêneros, que no caso são as peças que o compõem.

Beltrão e Beltrão (2011, p. 274) trazem um “Esquema da Tramitação de um Processo”, no qual consta que a fase inicial do processo é representada por uma petição/requerimento/ofício, a partir disso inicia-se o processo com um despacho inicial, em seguida vem a informação e logo mais o despacho interlocutório, o parecer e o despacho final. É fato que o processo administrativo é composto de mais documentos, mas, basicamente, esse é o seu andamento legal. Além das peças constitutivas do *processo* citadas, pode ocorrer, também, *o memorando*, quando a necessidade contextual exigir esse gênero.

Considerando esse conceito abordado, acerca de *processo administrativo*, nota-se que não há uma lógica ou uma linha a ser seguida quando da abertura dos processos

administrativos do CNJ, uma vez que as peças constitutivas dos autos se resumem, em sua maioria, no gênero *despacho*, independente da característica que apresentam.

Serão analisados, em seguida, alguns documentos de processos administrativos do CNJ, produzidos como *despachos*, mas com características de outro gênero textual, como *memorando*, *informação* e *parecer*, por exemplo.

## 5 ANÁLISE DO GÊNERO DESPACHO

### 5.1 Estrutura Formal

O *despacho* não possui uma estrutura textual bem definida, uma vez que pode apresentar funções diferentes como emitir uma decisão, dando andamento ou solução a um pedido, ou ser um ato de distribuição ou interlocutório, podendo conter pequenos textos com apenas uma palavra, como “aprovo”, ou ainda, alongar-se em muitas frases.

Além disso, no decorrer da análise desse gênero textual, foi possível notar que não há uma referência ou manual a ser seguido como padrão quando da elaboração do *despacho*. De acordo com as referências encontradas, *despachos* são documentos de mera movimentação administrativa, sem muito caráter informativo e analítico.

Essa divergência acerca da estrutura formal do *despacho* ocorre entre os processos jurídicos e administrativos; entre as instituições públicas, considerando que cada uma adota a sua forma de assumir o referido gênero; e, dentro do próprio órgão, pelo fato de não haver uma padronização quanto ao uso adequado dos gêneros textuais dentro de um processo e, até mesmo, quanto a sua estrutura formal, restando a cada responsável pela elaboração do *despacho* fazê-lo de acordo com a sua percepção.

No CNJ os *despachos* variam quanto à sua estrutura formal. Utilizando como base um modelo considerado mais completo em dados, pode-se identificar como partes da estrutura: o destino, o vocativo, o texto (mensagem a ser transmitida) e o desfecho. A parte *texto* da estrutura do *despacho*, também, pode ser dividida em apresentação (primeiro parágrafo) e argumentos (demais parágrafos).

### 5.2 Léxico e Tipos Textuais

Quanto às características lexicais do *despacho*, não há que se falar em termos próprios a um tipo de domínio discursivo, que é a esfera ou instância de uma produção discursiva.

Pelo fato de ser um documento de mera movimentação administrativa ou de encaminhamento, podendo ser também uma decisão, baseado em um parecer ou informação, o *despacho* não costuma apresentar termos técnicos, mas, sim, uma linguagem simples, objetiva e do conhecimento geral.

Quanto aos tipos textuais do despacho, encontram-se textos, predominantemente, injuntivos, mas é possível haver, também, textos expositivos e argumentativos, como é o caso dos despachos analisados neste trabalho.

### 5.3 Função do *Despacho*

Ao comparar os conceitos estudados acerca de *despacho* e os *despachos* presentes nos processos administrativos do CNJ, sobretudo os exemplos analisados neste estudo, nota-se que há diferença entre eles quanto à estrutura e demais características.

De acordo com Beltrão e Beltrão (2011, p. 222):

o despacho é emissão de decisão, pela autoridade, dando andamento ou solução a um pedido. Quase sempre se baseia no parecer ou na informação. O despacho (= ato decisório) é inicial, ou de distribuição, interlocutório (proferido no decurso do pleito) ou final. Um despacho pode ser prolatado em poucas palavras “aprovo”. – “Defiro, em termos”. – “De acordo” e outras formas; ou pode alongar-se em muitas frases.

Com base nessa definição, é possível concluir que o despacho é um instrumento de mera movimentação administrativa, não cabendo para esse gênero tipos textuais de longos discursos explicativos, argumentativos e descritivos. Para esses tipos de documento existem outros gêneros textuais que compreendem ou englobam, de maneira menos forçada, textos e discursos mais trabalhados, como o gênero textual *memorando*, *informação* e *parecer*.

Nesse caso, cabe abordar o conceito de *memorando*, *informação* e *parecer*, a fim de identificar características desses gêneros nos despachos analisados.

### 5.4 Despacho com Função de Memorando

O *memorando* é um gênero textual de comunicação interna oficial, comum em instituições, empresas e órgãos públicos. Eles servem como meio de transmitir informação

dentro de um mesmo local de maneira rápida e menos burocrática, tendo como particularidade a objetividade, dispondo de linguagem breve, direta e precisa.

De acordo com Beltrão e Beltrão (2011. p. 243):

O memorando, sempre escrito em papel no formato meio-ofício, destinava-se inicialmente a tratar de parte de assunto focado em mensagem anterior, passando depois a ser empregado para veicular mensagens menos solenes e de poucas palavras, como sejam perguntas, consultas rápidas, avisos e informação breves.

Além disso, os autores distinguem o memorando externo, interno e interdepartamental. O memorando externo é o instrumento de correspondência externa, equiparando-se a carta ou ofício. O memorando interno ocorre nas relações internas da empresa ou órgão público, nos seus departamentos, setores ou seções. E, por fim, o memorando interdepartamental ocorre na comunicação entre departamentos ou entre matriz e filiais ou agência. Considerando esses dados acerca de memorando, observa-se que o documento abaixo produzido como despacho, apresenta mais características de um memorando do que a do gênero em que foi criado.

**Figura 1: Despacho com características de memorando**

Consulta\ Comunicação interna oficial  
 Memorando -Circular



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
 SEPN Quadra 514 Norte - Lote 7 - Bloco B - CEP 70760-542 - Brasília - DF  
 www.cnj.jus.br

**DESPACHO**

À Comissão Permanente de Licitação  
 Ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário  
 À Coordenadoria de Atendimento e Infraestrutura  
 À Divisão de Gestão de Processos Judicial Eletrônico  
 À Seção de Gestão de Atendimento ao Usuário  
 À Secretaria Processual  
 Ao Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas  
 À Assessoria Jurídica  
 Ao Departamento de Gestão Estratégica  
 À Secretaria de Comunicação Social  
 À Secretaria de Controle Interno  
 À Seção de Legislação  
 À Seção de Seleção e Gestão de Desempenho  
 À Seção de Elaboração de Editais  
 À Seção de Compras  
 À Seção de Gestão de Contratos

Considerando o Despacho nº 0345012 da Diretoria-Geral, bem como do Memorando 0300151, da Seção de Material e Patrimônio (SEMAP), o qual versa sobre o levantamento de mobiliários que possam estar ociosos nas unidades do CNJ, encaminho os autos para consulta sobre a destinação dos bens que supostamente estão ociosos em suas unidades, conforme demonstrado no Memorando SEMAP. Caso não haja destinação para os referidos bens, solicito a Vossas Senhorias que informe, para que sejam tomadas providências de recolhimento e/ou redistribuição.

Atenciosamente,

**Getúlio Vaz**  
 Secretário de Administração

Fonte: SEI

Considerando as partes em destaque, no modelo acima, nota-se que o documento é encaminhado, ao mesmo tempo, a vários setores do órgão. Além disso, trata-se de uma consulta sobre mobiliários que possam estar ociosos nas unidades do órgão, para eventuais providências relativas ao recolhimento e/ou redistribuição. O documento é uma mera comunicação interna, acerca de assuntos administrativos e logísticos do órgão, não sendo necessário uma análise aprofundada, baseada em normativos ou elaboração de uma informação minuciosa, tão pouco a expedição de uma decisão que possa influenciar alguma atividade-fim de cada unidade do órgão, mas também não é apenas um documento de mero encaminhamento e movimentação administrativa (características do despacho), uma vez que versa sobre uma consulta interna.

Entendo que esse documento apresenta, em sua maior parte, características de um memorando. Apesar disso, não se pode negar que o léxico e o tipo textual empregado se assemelham com os do gênero *despacho*, tendo em vista que ambos são objetivos, breves e precisos, quanto à linguagem; e injuntivo, quanto ao tipo textual. Talvez essas semelhanças possam confundir o responsável pela elaboração do documento na escolha do gênero textual a ser utilizado.

### 5.5 Despacho com Função de Informação

A *informação* corresponde a um gênero textual, cujo objeto diz respeito a um conjunto de dados organizados, que constitui uma mensagem sobre determinado fato. Com base na informação, é possível resolver problemas e tomar decisões. Conforme afirma Beltrão e Beltrão (2011, p. 235), a *informação* “é o instrumento pelo qual se fornecem, por solicitação ou ordem, elementos necessários ao preparo do parecer ou para o despacho final.” Desse modo, a informação é o gênero textual que compreende um tipo de texto descritivo e explicativo, tendo em vista que deve ser rico em dados e detalhes de um fato, produzindo elementos necessários para uma decisão, por exemplo, a qual poderá ser representada pelo gênero despacho.

Beltrão e Beltrão (2011, p. 235) destacam que:

Informe é a descrição de um fato assim como foi visto e informação é o resultado do cotejo de informes, através do complexo processo de elaboração mental; os informes integram, constituem a informação, são os ingredientes, a matéria-prima, e a informação é o produto elaborado.

Considerando esses dados acerca da informação, observa-se que os documentos abaixo produzidos como despacho, apresentam mais características de uma informação do que a do gênero em que foi criado.

### Figura 2: Despacho com características de informação



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
SEPN Quadra 514 Norte - Lote 7 - Bloco B - CEP 70760-542 - Brasília - DF  
www.cnj.jus.br

## DESPACHO

À Secretaria de Administração.

Senhor Secretário,

1. Trata-se de processo administrativo que tem por objeto o registro de preços para café torrado e moido, conforme Termo de Referência (Doc Sei 0287981)

2. De posse dos autos, a Seção de Compras procedeu à pesquisa de preços buscando junto aos órgãos da administração pública, por meio de ferramentas de busca na Internet e do Banco de Preços, contratos e/ou atas de registro de preços com objeto similar, em atendimento à Instrução Normativa nº 5/2014/SLT/MPOG e Manual de Pesquisa de Preços do CNJ, instituído por meio da Portaria nº 283, de 20/11/2014, e obtivemos os seguintes documentos: (ou Entretanto, não obtivemos êxito, pois a busca resultou infrutífera.)

- Estudos Preliminares, folha 3; (Doc Sei nº 0287556);
- Relatório Banco de Preços - Instituto Federal (Doc Sei nº 0292343);
- Relatório Paineis de Preços - Cnpq (Doc Sei nº 0292344);
- Relatório Paineis de Preços - Ministério da Educação (Doc Sei nº 0292345)
- Relatório Paineis de Preços - TRF (Doc Sei nº 0292347)

3. Concomitantemente, efetuamos pesquisa junto às empresas prestadoras de serviços, conforme e-mails de solicitação de propostas de preços (Doc Sei nº 0292329). Entretanto, apesar do número de empresas contatadas, somente as empresas abaixo relacionadas aceitaram encaminhar propostas de preços:

- Nativa Distribuição de Suprimentos (Doc Sei nº 0292339)
- MAM Ribeiro Comércio de Alimentos (Arcanjos) (Doc Sei nº 0292340)
- Fino Sabor Indústria e Comércio (Doc Sei nº 0292341)

4. Posteriormente, a SECOM elaborou mapa comparativo de preços (Doc Sei nº 0292351) com os documentos acima citados, desconsiderando, em análise preliminar, alguns valores considerados discrepantes, e solicitou à área demandante (Doc Sei nº 0292354) que se manifestasse quanto aos valores que deveriam compor o mapa comparativo, justificando a eliminação de propostas cujos serviços não estivessem de acordo com as especificações do Termo de Referência e/ou cujos valores fossem considerados muito elevados ou muito inferiores aos praticados no mercado, bem como manifestação quanto aos valores que devem ser utilizados na licitação, médios ou mínimos. A SESER **ratificou** o mapa pelo Despacho 0292463

5. Ademais, houve uma consulta à SESER sobre a conveniência de se abrir prazo para outros órgãos (Doc Sei nº 0292463) e já que a empresa contratada atualmente não realiza o fornecimento de café, não atende as ligações telefônicas ou responde a e-mails e ofícios enviados pelo CNJ, não há tempo hábil para registro de interesse de outros órgãos, pois isso prejudicaria o nosso fornecimento.

Fonte: SEI

Nesse primeiro modelo, é possível perceber que o documento, como um todo, possui mais características de *informação* do que de um *despacho*, uma vez que apresenta dados organizados e sequenciais, compondo uma mensagem sobre determinado fato, sendo responsável por fornecer elementos essenciais para a produção de um *parecer* ou *despacho* final. Além disso, o tipo textual predominante do documento acima é o descritivo ou explicativo, tendo em vista que é rico em descrever e detalhar um acontecimento ou a forma como foi realizado algo.

**Figura 3: Despacho com características de informação**

25/10/2017

SEVONU - 0054809 - Despacho



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
SEPN Quadra 514 Norte - Lote 7 - Bloco B - CEP 70760-542 - Brasília - DF  
www.cnj.jus.br

## DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Com o objetivo de dar cumprimento ao artigo 3º da IN nº 44/2012, foi iniciado, em 27 de outubro de 2015, o levantamento das demandas para 2016 a fim de viabilizar a elaboração do Planejamento das Contratações que deverá ser aprovado por Vossa Senhoria até 30 de novembro.

Naquela ocasião, as unidades foram consultadas sobre quais objetos deveriam ser contratados em 2016, observadas as orientações contidas no e-mail 0053707.

Com exceção da Secretaria de Cerimonial (SCE), do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI) e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Judiciário (CEAJud), as unidades apresentaram suas demandas (0053717, 0053725, 0053731, 0053734, 0053736, 0053746, 0053750, 0053758, 0053760), as quais foram consolidadas no arquivo 0054389.

Cabe destacar que alguns objetos não estavam previstos quando foi realizada a captação das demandas para elaboração da Proposta Orçamentária de 2016. Apesar disso, ajustes na programação orçamentária viabilizarão o atendimento de todas as demandas constantes no cronograma proposto.

Após avaliar os possíveis cenários, esta Secretaria reprogramou algumas datas de envio do Termo de Referência com o intuito de concluir as contratações em tempo hábil, o que resultou no Cronograma das Contratações 2016 (0054807). O referido cronograma contempla as Licitações, Contratações Diretas, Prorrogações e Contratos sem Possibilidade de Prorrogação para o ano seguinte.

Ressalto que foi criada uma planilha adicional, no arquivo citado no parágrafo anterior, com as Licitações Prioritárias. Tais contratações foram iniciadas em 2015 e deverão ser concluídas entre o final deste ano e o início de 2016.

Desse modo, submeto à deliberação de Vossa Senhoria o Planejamento das Contratações 2016 (0054807) para, caso esteja de acordo, autorizar sua divulgação mediante ato próprio a ser noticiado na Intranet e encaminhado para ciência das unidades técnicas e demandantes, bem como dos servidores responsáveis pelo seu monitoramento.

Respeitosamente,

Fonte: SEI

Nesse segundo modelo, assim como no primeiro, o documento possui características de uma informação, mas não em todo o texto. Nas partes destacadas em amarelo, nota-se o predomínio do gênero *informação*, já o último parágrafo, destacado em vermelho, encontra-se, finalmente, características do *despacho*, uma vez que o autor não está mais organizando dados para informar, mas, sim, submetendo os autos à autoridade competente para deliberação acerca do assunto abordado, ou seja, um mero encaminhamento ou movimentação administrativa, principais características do gênero *despacho*.

## 5.6 Despacho com Função de Parecer



O *parecer* é um gênero textual de análise e manifestação especializada sobre determinado assunto. É um documento legal solicitado para servir de base para uma determinada tomada de decisão. Emitir um parecer significa mais do que transmitir uma opinião, é expressar-se de modo embasado. De acordo com Beltrão e Beltrão (2011, p. 268), o parecer “É a análise de um caso; é a opinião técnica sobre um assunto ou ato; é uma proposição oriunda de comissão, quando esta se pronuncia acerca de assunto submetido a seu exame”. Desse modo, o objetivo do parecer é explicar o assunto, de maneira clara e precisa, para uma outra parte, cujo conhecimento técnico não é o mesmo.

Beltrão e Beltrão (2011, p.268) afirmam, ainda, que: “O parecer pode ser *administrativo*, quando diz respeito a caso burocrático, *técnico* ou *científico*, quando se relaciona com matéria específica”.

Nesse sentido, considerando os dados apresentados acerca de *parecer*, observa-se que, no documento ilustrado abaixo, produzido como *despacho*, há o predomínio das características do gênero *parecer* em relação ao gênero *despacho*.

**Figura 4: Despacho com características de Parecer**



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
SEPN Quadra 514 Norte - Lote 7 - Bloco B - CEP 70760-542 - Brasília - DF  
www.cnj.jus.br

## DESPACHO

À Secretaria de Administração,

Trata-se de processo administrativo que tem por objeto o Registro de Preços para fornecimento de gêneros alimentícios, encaminhado a esta Seção de Elaboração de Editais para análise do Termo de Referência (TR), documento SEI n. 0227397 e Estudos Preliminares, documento SEI n. 0227396.

2. Realizada a análise do documento à luz das Leis 8.666/93 e 10.520/02, do Decreto n. 5.450/05 e da Instrução Normativa CNJ n. 44, de 17 de julho de 2012, constatou-se a necessidade de revisão dos seguintes pontos:

### a) quanto aos Estudos Preliminares:

a.1) Orienta-se suprimir, no prefácio dos Estudos Preliminares e no item 1.1.1, o termo "parcelado";

a.2) convém, no item 1.1.1.1, alterar o texto conforme abaixo:

"No mercado existem diversas soluções disponíveis para atender à finalidade desta contratação. Com base em contratações anteriores deste Conselho e de contratações públicas similares, conforme item 1.1.1.2 e 1.2, chegou-se a uma planilha, item 1.2, com produtos de boa qualidade e que apresentam um preço razoável;"

a.3) No item 1.3, orienta-se alterar a redação conforme abaixo:

"A contratação por meio do Sistema de Registro de Preços se mostra como a melhor solução para os produtos a serem adquiridos, tendo em vista a perecibilidade destes e a possibilidade de a Administração adquirir os alimentos parceladamente. Quanto às opções disponíveis no mercado, a escolha dos produtos conforme planilha anexa a estes Estudos Preliminares, item 1.2, se deve ao fato de serem, ao mesmo tempo, facilmente encontrados no mercado, de fácil manuseio e preparação e com custo acessível, possibilitando fornecimento de alimentos de qualidade com um valor vantajoso para a Administração;"

a.4) sugere-se alterar a redação do item 2.3 para:

"Garantir o fornecimento de lanches aos Conselheiros nos dias das Sessões Plenárias ordinárias e extraordinárias";

a.5) aconselha-se alterar o termo "contrato" para "Ata de Registro de Preços";

a.6) na tabela de análise de riscos, orienta-se incluir dentre as ações de mitigação a aplicação de sanções conforme o Termo de Referência.

### b) quanto ao Termo de Referência:

b.1) No item 1.1, orienta-se suprimir o termo "parcelado";

b.2) sugere-se alterar a redação do item 2.1 para:

"A realização de nova contratação para o fornecimento de gêneros alimentícios se faz necessária pelo fato de a vigência da Ata de Registro de Preços nº 07/2016, decorrente do Pregão Eletrônico CNJ nº 04/2016, expirar em 15 de março de 2017. Nova contratação evitará a interrupção do fornecimento dos produtos e garantirá os lanches aos Conselheiros do CNJ."

b.3) convém incluir no item 2.9 o número do documento que trata dos Estudos Preliminares;

3. Destaca-se, ainda, a necessidade de que os Estudos Preliminares e o Termo de Referência sejam previamente remetidos a esta Seção, via e-mail, para correções e ajustes finais, de acordo com o art. 2º da Portaria DG n. 452 de 24 de novembro de 2016 (0214879).

4. Por fim, em observância à incumbência determinada pelo art. 7º da IN CNJ n. 44/2012 a esta Seção de Elaboração de Editais, destacamos que as recomendações aqui propostas possuem o objetivo de evitar futuros transtornos à licitação e à execução contratual, não vinculando a unidade demandante à sua aceitação, observado o disposto no art. 10, § 3º, da mencionada IN, sem prejuízo da posterior análise pela Assessoria Jurídica quando da chancela da minuta de Edital, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/1993.

Análise de um caso  
Opinião técnica sobre um assunto

Expressão de  
modo embasado

Informa que é apenas  
opinativo.

Fonte: SEI

O documento acima, produzido como um *despacho*, traz inúmeras características que evidenciam que o gênero textual mais adequado a ser utilizado, quando da sua elaboração, seria o *parecer*. Isso pode ser, facilmente, percebido, tendo em vista que o texto, em todo seu conteúdo, expressa-se de forma embasada, manifestando-se de maneira especializada sobre um determinado assunto. No caso em questão, o autor faz uma análise

técnica sobre os Estudos Preliminares e o Termo de Referência de uma determinada contratação a ser realizada por meio de licitação. As partes em destaque do documento mostram o momento exato em que é feita a análise pontual do caso, emitindo-se, a partir de então, a opinião técnica do autor (parecerista) sobre o assunto.

Além disso, no último parágrafo do texto, em análise, é dito que as recomendações propostas, no documento, possuem o objetivo de evitar futuros transtornos à licitação e à execução contratual, não sendo vinculado à unidade demandante a sua aceitação, ou seja, é apenas opinativo e não obrigatório, uma das principais características do parecer, uma vez que esse gênero textual não determina ou delibera sobre algo, mas apenas serve para uma determinada tomada de decisão.

## 5 CONCLUSÃO

Conforme abordado, neste estudo, toda comunicação humana realiza-se por meio de textos. Toda enunciação humana, seja ela falada ou escrita, dá-se em contextos que exigem a utilização de formas dialógicas que se estabeleceram, de forma maleável, baseadas na cultura e ações de determinada sociedade. Por essa razão, é relevante o estudo dos gêneros textuais, sobretudo, entender suas principais características e saber em qual contexto utilizá-lo.

Considerando as teorias de Gêneros Textuais, de Estrutura Potencial do Gênero e os demais conceitos abordados, neste trabalho, foi possível realizar uma análise mais focada acerca do gênero *despacho*, o qual é pouco discutido. Foi possível compreender que os *despachos* analisados, quanto a estrutura e forma, podem apresentar textos curtos, como também textos extensos e ricos em informação, não precisando ser, necessariamente, um documento de mero encaminhamento ou movimentação administrativa.

Ocorre que, ao estender a função comunicativa do *despacho*, com textos mais ricos em informação, pode ter havido uma apropriação de características de outros gêneros textuais como as características do *memorando*, da *informação* e do *parecer*, exemplos citados neste estudo.

Esse fenômeno pode ter acontecido pelo fato de não existirem ou, pelo menos, não serem encontradas com facilidade, referências bibliográficas, manuais etc., abordando o referido gênero, a serem seguidos como padrão. No CNJ, por exemplo, não há uma norma ou manual para servir de base para elaboração de *despachos*, tão pouco diferenciando os gêneros textuais que compõem um processo administrativo, então, os responsáveis pela produção do

despacho o faz, conforme vistos em modelos produzidos anteriormente ou conforme seu próprio entendimento, tornando-se, assim, um ciclo vicioso.

Apesar disso, o fato de não haver a correta adequação ao uso do gênero quando da elaboração dos *despachos* analisados, não se pode negar que a função principal, que é a comunicação, foi eficaz, ou seja, mesmo o documento não estando adequado quanto ao uso do gênero, a comunicabilidade foi exercida.

Diante desse cenário, resta o questionamento sobre a possibilidade de o gênero *despacho* estar passando por alguma reformulação natural, adequando-se às novas práticas cotidianas de seus usuários ou se, realmente, é uma inadequação quanto à escolha de gênero no momento da sua produção, apropriando-se das características de outros gêneros textuais. Ademais, não se sabe, ainda, se é um fenômeno que também ocorre em outros órgãos públicos, que elaborem esse tipo de documento, ou apenas no CNJ.

## THE OFFICE IN THE CNJ: A GENIUS CORINGA?

### ABSTRACT

This paper aims to demonstrate the importance of the study of textual genres, especially the dispatch genre, present in administrative processes of the National Justice Council (CNJ), a federal public agency of the judiciary. For this, some concepts related to the microstructure of the analyzed dispatches, as well as concepts related to the macrostructure of this genre, were approached, considering that they are little subjects in bibliographical references, being only found, trivially, in searches in the internet. As to the microstructural question of the dispatch, brief concepts were made about its formal structure, about the lexicon and about textual types found in the dispatches analyzed. As to the macro-structural question, the dispatch function in the CNJ processes was emphasized, verifying whether this textual genre is in some way appropriating the characteristics of other textual genres or is just undergoing some natural reformulation, adapting to the new daily practices of its users.

**Key words:** Textual genres. Office. Administrative process.

### REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Mariúsa; BELTRÃO, Odacir. **Correspondência Linguagem & Comunicação:** Oficial, Empresarial e Particular. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BEZERRA, Maria Auxiliadora; DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel. **Gêneros Textuais e Ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

BRASIL, Lei n.º 13.105, de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm). Acesso em: 20/09/2017.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 2.ed. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MOTTA-ROTH, D.; HEBERLE, V. M. O Conceito de Estrutura Potencial de Gênero de Ruqayia Hasan. In: MEURER, J.L.; BONINI, A. e MOTTA-ROTH, **Gêneros, Teorias, Métodos, Debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 12 – 28.